

# O cotidiano de pessoas em situação de rua: rupturas, sociabilidades, desejos e possibilidades de intervenção da Terapia Ocupacional<sup>1</sup>

Waldez Cavalcante Bezerra<sup>a</sup>, Gabriela Cristina da Silva Firmino<sup>a</sup>,  
Emanuely Santos Javarrotti<sup>b</sup>, Jéssica Veríssimo de Medeiros Melo<sup>a</sup>,  
Priscila Ferreira Fragoço Calheiros<sup>a</sup>, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da Silva<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, Maceió, AL, Brasil.

<sup>b</sup>Centro de Atenção Psicossocial Mandacaru Beleza, Major Izidoro, AL, Brasil.

**Resumo: Introdução:** Muitas pessoas sem moradia vivem nas cidades brasileiras, configurando um problema coletivo que tem desafiado o poder estatal a executar ações para reverter esse quadro de extrema exclusão. **Objetivo:** Conhecer e discutir o cotidiano de pessoas em situação de rua em Maceió, AL. **Métodos:** É apresentada parte dos resultados de uma pesquisa que teve como principal objetivo traçar um perfil da população em situação de rua que frequenta um albergue da rede pública de assistência social da cidade de Maceió, AL, identificando possíveis demandas de intervenção para a Terapia Ocupacional. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado com 37 indivíduos usuários de um albergue, cujos dados foram analisados através da análise de conteúdo. **Resultados e discussão:** Discutiram-se os principais processos de adentrar e viver nas ruas (rupturas, processos de socialização, desejos), reconhecendo a complexidade social do fenômeno em questão, a partir da heterogeneidade do grupo pesquisado, assim como as possíveis intervenções da Terapia Ocupacional frente às demandas apresentadas.

**Palavras-chave:** *Sem Teto, Vulnerabilidade Social, Terapia Ocupacional.*

## The everyday life of the homeless: disruptions, sociabilities, wishes and possibilities of Occupational Therapy intervention

**Abstract: Introduction:** There are many homeless people living in Brazilian cities, configuring a collective problem that has challenged the state-owned power to implement actions to revert the situation of extreme exclusion that affects these people. **Objective:** To know and discuss the everyday life of people living in the streets of Maceió, Alagoas state. **Methods:** This article presents part of the results of a research that had as main objective tracing the profile of the street population that attends a public hostel from the public social assistance network of the city of Maceió, identifying possible demands of intervention through occupational therapy. It consists of a qualitative study, accomplished with 37 individuals who attend this public hostel, whose data were analyzed through content analysis. **Results and discussion:** The main processes of entering and living in the streets (disruptions, sociabilities, wishes) are discussed, acknowledging the social complexity of the concerned phenomenon, based on the heterogeneity of the researched group, as well as on the possible occupational therapy interventions related to the demands presented.

**Keywords:** *Homeless, Social Vulnerability, Occupational Therapy.*

## 1 Introdução

Atualmente, milhões de pessoas sem moradia vivem nas cidades brasileiras e em todo mundo, configurando um problema coletivo de dimensão universal, que tem desafiado o poder estatal a fornecer solução para reverter esse quadro de extrema exclusão social. Por muito tempo, essa população esteve invisível ante as políticas públicas, sendo excluída das pesquisas formais que tomam como unidade base de análise o domicílio, tornando-a ainda pouco conhecida no Brasil (SILVA, 2009).

Pessoas de várias origens sociais, com diferentes trajetórias de vida e períodos na rua, sozinhas ou em família, que fazem uso de logradouros públicos (ruas, praças e viadutos) ou alternadamente de albergues para dormir, que sobrevivem em situação de extrema pobreza e insegurança, que experimentam precariedades e privações diversas no plano material, afetivo, social, político e ético são características recorrentes na literatura e que compõem o quadro heterogêneo da população estudada. Essa heterogeneidade, muitas vezes, dificulta uma análise desse grupo e a criação de políticas que atendam às suas reais necessidades, contudo ela precisa ser reconhecida e as políticas públicas devem pensar estratégias que respeitem e valorizem tal característica (ALMEIDA et al., 2011; BRASIL, 2009).

Apesar de no Brasil haver pouco conhecimento sobre o assunto, já há estudos (FERREIRA, 2005; BRASIL, 2009; BARBOSA, 2008; DANTAS, 2007) que buscam conhecer melhor esse público que já recebeu várias denominações nos últimos anos, tais como mendigos, trecheiros, sofredores de rua, moradores de rua, população de rua, dentre outras. No presente artigo foi considerado o termo *população em situação de rua*, como referem Almeida et al. (2011), por entender-se que estar na rua pode ser apenas um momento na vida dessas pessoas.

Entre os anos de 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou a primeira pesquisa em âmbito nacional para traçar um perfil da população em situação de rua no país. De acordo com essa pesquisa, os motivos de ida para a rua são bastante variados, porém destacam-se desemprego, conflitos familiares, fim de casamento, desejo de se aventurar para conhecer novas cidades e busca por trabalho (BRASIL, 2009).

Se tomarmos como base o referencial de Castel (1993), é possível perceber que as pessoas em situação de rua apresentam os dois polos da integração social rompidos – o trabalho e as redes sociais de suporte

–, encontrando-se no que o autor denomina de zona de desfiliação social.

Excluída por muitos anos das políticas públicas, atualmente a população em situação de rua conta com serviços especializados para as suas demandas dentro da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como: Serviço de Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (abrigo, casa de passagem, casa lar e residência inclusiva); Serviço de Acolhimento em República (BRASIL, 2004).

Nas últimas décadas, a Terapia Ocupacional tem ampliado seu campo de intervenção e suas ações têm se estendido a pessoas que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, buscando fortalecer e/ou resgatar os vínculos econômicos e/ou sociais. Esse processo impulsionou o desenvolvimento da chamada Terapia Ocupacional Social, área essa que passou a desenvolver recursos teóricos e metodológicos próprios, com base na crítica à institucionalização e medicalização dos problemas sociais e na constituição de processos de reconhecimento e implementação do caráter universal dos direitos sociais (BARROS, 2004).

De acordo com Barros (2004), os terapeutas ocupacionais assumiram um extravasamento do campo da saúde como possibilidade para si ao acreditarem que a profissão acumulou conhecimentos que podem contribuir para outros universos do sofrimento, da existência humana e da própria produção da qualidade da vida social.

No campo social, o terapeuta ocupacional vai dirigir o foco de sua ação para pessoas, grupos e/ou comunidades que vivenciam diversos processos, dentre eles os de ruptura das redes relacionais e de suporte, tais como as pessoas em situação de rua. Parte-se do entendimento de que a sociedade capitalista cria constantemente diversas situações de risco e vulnerabilidade social que geram impedimentos de ordem diversa (preconceito, insegurança, ruptura de vínculos, rotina danosa, desvalor, desproteção, entre outros) à participação social das pessoas em igualdade de direitos, podendo levar a violação de direitos e fragilidade ou negação da condição de cidadania (ALMEIDA et al., 2012).

Desse modo, a intervenção profissional assume um novo caráter e as ações estão dirigidas para a busca de estratégias de inclusão desses grupos na sociedade, de modo que possam ter acesso e usufruir dos direitos e bens sociais. Exige-se a capacidade do profissional para construir intervenções coerentes com as culturas locais específicas e reais necessidades sociais, fato

que determina uma ruptura com ações moduladas por procedimentos técnicos pré-estabelecidos e conservadores. Para que isso seja possível, faz-se necessário uma redefinição de atividade (recurso por excelência da ação do terapeuta ocupacional), onde ela passe a se constituir enquanto instrumento para o desenvolvimento do indivíduo, alimentado pela dimensão sociopolítica, cultural e afetiva das pessoas, de grupos e de comunidades (BARROS et al., 1999).

Assim, a intervenção se dá através da atividade humana, entendida como uma mediação sócio-ocupacional capaz de empoderar os sujeitos e promover a inclusão social, através de trocas materiais e afetivas que resgatem o sentimento de pertencimento, promovam a reflexão da realidade da vida e, dessa forma, ajudem a recriar e efetivar novos projetos de vida. O terapeuta ocupacional tem, nesse âmbito, uma função transformadora através do conhecimento da realidade, pois é a partir dela que se faz possível a construção de projetos interventivos coerentes com as reais demandas sociais (BARROS et al., 1999).

A partir dessas constatações, surgiu a necessidade de se conhecer a realidade e a situação de vida dos indivíduos em situação de rua na cidade de Maceió, AL, visto que não há estudos anteriores com esse objetivo na capital alagoana, inviabilizando possíveis propostas de cuidado em Terapia Ocupacional. Como desdobramento dessa análise busca-se discutir as peculiaridades da vida na rua e apontar possíveis demandas de intervenção para a Terapia Ocupacional na realidade estudada.

## 2 Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo qualitativo, cuja produção de dados iniciou-se em agosto de 2013 e terminou em outubro do mesmo ano, sendo desenvolvida através de um roteiro de entrevista semiestruturado, elaborado pelos pesquisadores para buscar informações acerca dos aspectos da vida dos sujeitos em situação de rua que fazem uso dos serviços públicos do Albergue Professor Manoel Coelho Neto, localizado na cidade de Maceió, AL.

O albergue foi fundado em 2008 com a finalidade de ofertar apenas local para pernoite, porém no início de 2011 passou a oferecer também almoço a cerca de 40 pessoas em situação de rua. Atualmente, além de fornecer dormida para 36 pessoas, oferece as três principais refeições do dia e conta com a atuação de uma equipe multidisciplinar, formada por assistentes sociais, psicólogos, pedagoga, educadores e equipe de apoio. Recebe recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

A escolha dessa instituição se deu pelo fato de ter sido a primeira no município com tal finalidade e a única de caráter público municipal, sendo ainda a principal na assistência a pessoa em situação de rua em Maceió. A inserção dos pesquisadores no campo se deu após contato com a coordenação da Proteção Social Especial da SEMAS e com a coordenação do albergue para agendamento de uma primeira visita e posterior início das entrevistas. Após esse contato, procedeu-se a uma reunião para apresentação da equipe de pesquisadores e do projeto para os profissionais e usuários do albergue, garantindo o conhecimento e a circulação dos pesquisadores nas instalações da instituição. As visitas ocorreram duas vezes por semana, sempre no período noturno, por ser esse o horário em que os usuários já haviam jantado e encontravam-se no local para passar a noite.

Os sujeitos foram abordados individualmente nas dependências do albergue, em local que garantisse a privacidade, e lhes era feito o convite para participar mediante apresentação da pesquisa. Caso concordassem, era procedida a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e solicitada a permissão para que a entrevista fosse gravada em áudio. De todos os sujeitos abordados, apenas dois não quiseram participar. Foram realizadas 43 entrevistas, sendo que 37 foram utilizadas para a análise dos dados e 6 excluídas pela má qualidade do áudio. O número de entrevistados foi suficiente, por saturação da amostra, para atender aos objetivos do estudo. Todas as 37 entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), na modalidade de análise temática.

## 3 Resultados e discussão

Após a realização da análise de conteúdo, emergiram três grandes temas, sendo eles: *A fragilidade ou ruptura dos laços de pertencimento como determinantes do desabrigo*; *As nuances da vida na rua*; *A superação do desabrigo como uma (im)possibilidade*.

### 3.1 A fragilidade ou ruptura dos laços de pertencimento como determinantes do desabrigo

Assim como no estudo de Melo (2011), notamos que os sujeitos entrevistados passaram por um processo de *adentrar a rua*, ou seja, a vida na rua não se coloca como algo posto desde o nascimento<sup>2</sup>, mas se constitui como um momento de uma história de vida, que quando contada remete à existência

de laços familiares e sociais que passaram por um processo de ruptura, ocorrido por diversos motivos.

Em nosso estudo, os motivos de ida para a situação de rua, classificados aqui como subcategorias, foram: desemprego, conflitos familiares (ocasionados por diversos motivos) e conflitos com terceiros (tráfico, crimes etc.).

O desemprego foi identificado como uma constante entre os entrevistados. Castel (1993) já ressaltou a importância do eixo trabalho como um definidor de inclusão social, uma vez que é através dele que o indivíduo consegue ter acesso a meios de subsistência. Excluído do mundo do trabalho, o sujeito automaticamente entra numa zona de vulnerabilidade social que pode culminar na situação de rua. Foi frequente, entre os sujeitos, a falta de trabalho como motivo de adentrar a rua, como podemos visualizar nas falas a seguir.

*O motivo que me levou a situação de rua foi eu não ter mais dinheiro para pagar aluguel, antes eu tinha, porque minha filha era quem pagava, mas aconteceu um problema aí com ela, daí eu fiquei sem dinheiro de aluguel, eu fiquei desamparada, aí foi o jeito vir pra cá pro albergue, eles tão me dando esse apoio e tirando meus documentos até arrumar um trabalho (Entrevista n. 12).*

*Vim procurar emprego porque onde eu morava tava ruim de emprego; aí vim ver se eu achava emprego melhor. Lá não dava não (Entrevista n. 31).*

Esses relatos vêm ilustrar uma situação compartilhada pelas pessoas em situação de rua em todo país. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 29,8% dos pesquisados afirmaram estar nas ruas devido ao desemprego (BRASIL, 2009).

Uma característica marcante no discurso dos indivíduos que adentraram a rua por causa do desemprego, já identificada por Melo (2011), é a percepção por parte deles de que a situação de rua decorre de uma conjuntura que foge ao seu controle. É válido frisar esse aspecto para que esses sujeitos não se sintam ou sejam culpabilizados pela sua condição atual, uma vez que diversos estudos no campo do trabalho têm evidenciado que a sociedade capitalista contemporânea passa por uma profunda crise, na qual o desemprego estrutural é uma das suas expressões (ANTUNES, 2006, 2007; MÉSZÁROS, 2009).

A dinâmica da sociedade contemporânea impõe uma tendência de elevação da população em situação de rua, uma vez que as vidas coletiva e privada estão

permeadas pela lógica do mercado, que transforma em mercadoria os bens e serviços necessários à reprodução individual e familiar: habitação, educação, saúde, transporte, alimentação, água, energia etc. (VALENCIO et al., 2008).

Snow e Anderson (1998) também refletiram sobre essa questão afirmando que o mundo das pessoas em situação de rua é um mundo social que não é criado ou escolhido pela grande maioria deles, pelo menos não inicialmente, mas para o qual a maioria foi empurrada por circunstâncias além do seu controle.

Outro aspecto identificado no estudo como um dos motivos do adentrar a rua ou de permanência nela são os conflitos familiares. Esses são frequentes na vida de pessoas em situação de rua, de modo que o enfraquecimento dos vínculos familiares, a ausência ou perda total deles podem partir de uma ordem primária ou secundária, nessa última quando proveniente de outros fatores como uso de drogas e doença infectocontagiosa, no caso do nosso estudo. Os relatos a seguir ilustram tal situação.

*Discussão com os meus primos. Foi criado pelo meu tio. A gente brigava todo dia pelo mesmo motivo. Aí eu disse, vou passar uns dias fora de casa. Faz uns sete meses (Entrevista n. 2).*

*Rapaz, o motivo é que quando eu era pequeno a minha família era carrasca, me batia (Entrevista n. 9).*

*Foi que eu peguei HIV e minha família me desertou e me botou para fora de casa, né? E eu fiz tudo pela família (Entrevista n. 19).*

*Eu tinha minha irmã que me ajudava, mas depois das drogas me afastei mesmo, [...] fui pedir ajuda a minha irmã de novo, mas [...] jamais vou receber aquela confiança que tinha né?! Sempre vem uma desconfiança, e foi quando começou a desconfiança que eu voltei pra rua (Entrevista n. 43).*

Assim como o eixo do trabalho, Castel (1993) coloca os vínculos (familiares ou comunitários) como o outro eixo da integração social, de modo que a sua ruptura coloca o indivíduo na zona de desfiliação, caso o eixo do trabalho também tenha sido rompido, fato comum entre as pessoas em situação de rua. De acordo com a Pesquisa Nacional (BRASIL, 2009), 29,1% dos pesquisados apresentaram como causa do desabrigo os conflitos familiares. Segundo Melo (2011), nos aspectos que marcam as trajetórias de ruptura um dos problemas mais recorrentes diz respeito à família.

É importante ressaltar que essa ruptura ou fragilidade dos vínculos familiares se mostra presente tanto como fator de adentrar a rua como também de se manter nela. Alguns entrevistados relataram manter contato com a família, mas o vínculo mantido não é forte o suficiente para o retorno ao domicílio, uma vez que a própria família não o quer de volta, na maioria das vezes por causa do uso abusivo de drogas.

Segundo Melo (2011), a relação íntima entre a vida na rua e a necessidade do uso de drogas é um tema bastante frequente. A droga aparece nos discursos tanto como causa do adentrar a rua, como também meio de encarar a vida nela, ante as adversidades que o cotidiano nas ruas impõe ao indivíduo e, assim, acaba por se configurar um entrave para a superação da situação de rua.

[...] a relação íntima da rua com as drogas trata-se justamente da dificuldade de enfrentar as especificidades dessa vida sem o uso de substâncias. Seja por conta da fome, do frio, da segurança, da vergonha, da adaptação psíquica e física às adversidades da rua e pelo próprio vício causado pelas substâncias, a droga é um componente presente que exerce uma função de “liga/desliga”. É tanto um atenuante desse cotidiano quanto um agravante que afasta a pessoa de uma possibilidade de organização para saída das ruas (MELO, 2011, p. 41).

É notável a frequente associação entre o uso de drogas e o abandono ou exclusão do seio familiar. De acordo com Silva (2012), a negação em retornar a viver em família, principalmente entre os jovens, tem como argumento o uso do crack e suas consequências negativas para a unidade familiar, tanto em termos materiais (furto de objetos e/ou gêneros alimentícios) como em termos morais, quando entendem que, do ponto de vista dos pais, “ter um filho drogado” é socialmente vergonhoso, pois afronta a moral da reciprocidade familiar e do valor do trabalho.

Ainda sobre os vínculos familiares, identificamos um grupo de sujeitos que rompeu completamente os vínculos com os parentes, não tendo contato nenhum com eles e nem informações sobre a situação atual dos familiares, o que dificulta ainda mais a possibilidade de retorno ao convívio familiar.

*Não sei se minha mãe está viva, não tenho contato com ninguém faz três anos* (Entrevista n. 16).

*Eu tenho muitos parentes que eu nem sei onde é que estão* (Entrevista n. 29).

*Perdi os contatos* (Entrevista n. 38).

Segundo Snow e Anderson (1998), as pessoas em situação de rua, na condição de perda total dos vínculos familiares, tendem a encarar sua vida cotidiana quase que destituídas de apoio familiar confiável. Muitas delas nunca tiveram uma rede familiar confiável e, para outras, ela é apenas uma memória distante, que raramente funciona como uma fonte de reminiscências agradáveis, muito menos como um recurso que pode ser utilizado em tempos de crise.

Segundo a Pesquisa Nacional, 38,9% das pessoas que vivem em situação de rua não mantêm contato com os parentes, inclusive quando eles vivem na mesma cidade. Somente 14,5% mantêm contato, mas em períodos espaçados (BRASIL, 2009).

Por fim, a última subcategoria identificada em nossa análise como marca para o desabrigo foram os conflitos com terceiros, que envolvem o tráfico de drogas e homicídios. A seguir temos alguns relatos do momento em que os entrevistados foram questionados sobre o que os levou a situação de rua.

*Minha vida não foi de usar drogas, mas sim de traficar; nunca fui usuário. [...] meu negócio era ganhar dinheiro traficando. O que me levou a isso aí foi a influência dos amigos, eu tinha 12 anos de idade* (Entrevista n. 35).

*Quando fiquei ameaçado de morte, e passei da morte várias vezes pelas condições da minha mãe [a mãe era traficante], ela vive mudando de casa sempre, muitos endereços [...]. Com isso, eu ameaçado, eu vim pra Maceió* (Entrevista n. 25).

*Homicídio e tráfico de drogas* (Entrevista n. 39).

Para concluir a discussão dessa temática vale destacar que muitas vezes esses motivos do desabrigo aparecem correlacionados ou um como causa do outro, a exemplo do uso de drogas ou envolvimento com o tráfico como causa ou consequência da ruptura dos vínculos familiares ou de trabalho. Assim como Melo (2011), não pretendemos aqui exemplificar fatos previsíveis ou estabelecer uma tipologia dos motivos que levam a situação de rua, mas sim ressaltar a diversidade de histórias existentes, cada uma com as suas particularidades, sem negar a existência de algumas regularidades quanto aos motivos envolvidos com a causa do desabrigo.

### 3.2 As nuances da vida na rua

A vida na rua não se caracteriza apenas pelos laços fragilizados ou rompidos, mas também pela privação material. Como esses indivíduos realizam

suas atividades cotidianas (alimentação, higiene, pernoite, cuidados com a saúde, busca de recursos materiais para subsistência etc.) é indispensável para compreender os modos de vida existentes na rua e, conseqüentemente, no planejamento de possíveis intervenções junto a eles.

Constatou-se que o processo de autocuidado é realizado no albergue enquanto esse lhes serve como abrigo. Foi relatado pela maioria dos entrevistados que a alimentação, na ausência do albergue, ocorria através de pedidos nas casas, igrejas e principalmente em restaurantes, mas a dificuldade para conseguir alimento por esses meios foi apresentada por muitos e falas sobre fome e desperdício foram constantes, a exemplo dos relatos abaixo.

*No albergue tem as três refeições, mas na rua peço nos restaurantes ou nas casas. É muito difícil, mas não tem outro jeito. Já passei fome, já desperdicei, hoje não desperdiço mais. É apanhando que se aprende, vivendo e aprendendo (Entrevista n. 9).*

*A minha alimentação eu faço aqui mesmo no albergue (Entrevista n. 12).*

*No albergue, se eu não tivesse comendo aqui eu estava manguendo<sup>5</sup>, tenho vergonha de dizer não, já comi do lixo (Entrevista n. 20).*

*De ontem pra hoje é aqui [no albergue], até ontem pela manhã eu estava pedindo no centro de Maceió (Entrevista n. 21).*

Destaca-se aqui a relevância das instituições assistenciais para esses indivíduos, uma vez que o acompanhamento nelas acaba por garantir o atendimento às necessidades básicas de alimentação e higiene. Diante desse fato, o albergue ou outras instituições, como o CAPS Ad, que é frequentado por muitos dos sujeitos entrevistados, se tornam os principais locais de atendimento dessas necessidades.

Em relação ao banho, alguns enfatizaram que é mais fácil do que a alimentação. A higienização, quando não é feita no albergue, é realizada, geralmente, em postos de gasolina, coretos ou locais onde haja torneiras.

*Em todo canto tem água. Em posto de gasolina tomo banho. Eu tomo duas, três, quatro vezes nesse calor. Eu gosto de limpeza (Entrevista n. 9).*

*Eu tomava banho de três em três dias na rodoviária (Entrevista n. 25).*

*Todo santo dia eu tomo banho, a turma aqui do albergue que gosta toma banho, toma! (Entrevista n. 28).*

Sobre o pernoite, a maioria frequentemente dorme no albergue a fim de se proteger dos riscos oferecidos pela rua (violência, chuvas, animais), como também para realizar as atividades de autocuidado (alimentação e higiene). Os entrevistados falam também sobre o conforto de dormir no albergue comparando com as condições de dormida na rua (chão ou em um fino papelão). Os que preferem a rua ao albergue referem como desvantagem dele a falta de liberdade para uso de substâncias psicoativas ou o horário de chegada para conseguir vaga.

*É [...] prefiro dormir no albergue, porque aqui me sinto melhor né, me sinto bem né, não tem problema com nenhum aqui, ninguém é violento nem nada (Entrevista n. 1).*

*Ah... minha preferência agora é o albergue... porque é o único canto que eu me sinto seguro. Onde eu estava na rua, no relento, dormindo na chuva, no sol, o pessoal passando, arriscado fazer coisas comigo (Entrevista n. 2).*

*Bom, falar a verdade, a pessoa que dorme na rua não dorme, fica sonhando acordada pelo medo de ser assassinado pela pedra, pelo marginal, drogado, fora de hora e a pessoa não dorme não, a pessoa fica mal assombrado a noite e não é coisa boa estar na rua. Por isso estou aqui no albergue (Entrevista n. 8).*

*O albergue pra mim é um lugar para não tá dormindo ao relento, e menos perigoso do que você tá dormindo na rua. [...] hoje em dia pelo o que eu vejo e eu ouço, a população de rua está sendo assassinada estupidamente, queimada; perversidade! (Entrevista n. 28).*

*Pra dormir aqui no albergue é ótimo, tenho um convívio ótimo no meu quarto (Entrevista n. 31).*

A violência nas ruas contra a pessoa desabrigoada é frequente. É importante salientar que não existem condutas de segurança pública para a proteção desse público especificamente, tornando o indivíduo mais vulnerável a condição de vítima por meios brutais, relacionados à dor física (uso de paus, pedras, armas de fogo, fogo e ácidos) a que geralmente sucedem lesões graves e mortes (GOES, 2008; VALENCIO et al., 2008).

É notável a necessidade de proteção a esses indivíduos, uma vez que a violência é um fator que

incrementa e incentiva o processo de desterritorialização e despertencimento social das pessoas em situação de rua. Medidas sociais e jurídicas estão surgindo e precisam de maiores investimentos, dentre elas a construção de albergues e casas de passagens.

Nesse sentido, as instituições de abrigo aparecem como uma alternativa de fuga dos perigos existentes na rua. Anderson e Snow (1998) enfatizam que:

Essas organizações não apenas afetam as oportunidades e recursos de sobrevivência à disposição dos moradores de rua, mas também contribuem para a textura da vida na rua [...] Atende as necessidades básicas de subsistência dos moradores de rua, particularmente a necessidade de alimento e abrigo. Como uma modalidade de resposta que ajuda os moradores de rua a administrar a vida na rua, ela facilita a sobrevivência deles (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 131-134).

Episódios de violência e discriminação são frequentemente apresentados pelos sujeitos como parte do cotidiano da vida na rua. Os relatos vão desde situações discriminatórias sobre como a população os vê, a reprodução do imaginário social de que o “morador de rua” é perigoso ou violento, até situações de agressão física. Vale ressaltar que, quando presente, a violência é quase sempre sofrida e não praticada pela pessoa em situação de rua. As falas a seguir caracterizam bem esses fatos, quando os indivíduos são questionados sobre tais aspectos.

*O pessoal fica chamando de mau elemento, que aqui só tem bandido, não [...] não existe bandido, a gente é usuário químico, não bandido, entendeu? Pra eu manter meu vício eu catava... catava pet, latinha na rua, vendia, usava no vício, mas nunca roubei nada de ninguém, nunca peguei nada* (Entrevista n. 1).

*Já teve de o cara chegar, eu dormindo na rua, e ele mijar em cima de mim lá na Bahia [...] Ah! Négo já me deu porrada, cacetada, facada e eu quieto. Aliás, já feri também para me defender. A gente tem direito de se defender também* (Entrevista n. 9).

*Várias, várias, já fui discriminado pela polícia, até por cidadão do lugar também, a gente vai pedir um prato de comida aí diz que a gente é noiado, é ladrão, “sai daqui seu nego safado”, “sai daqui seu noiado”. Tudo isso é o que acontece sempre* (Entrevista n. 21).

*O fato de eu ter chegado no hospital, o médico mesmo falou assim: “manda esse pessoal de rua pra cá e não tem cuidado”, achando que a gente é [...] vamos supor [...] discriminação a gente vê logo de cara né? Acha que todo mundo é o drogado, o ladrão* (Entrevista n. 29).

A partir dos relatos, nota-se que a discriminação e violência sofridas por essas pessoas se manifestam de diversos modos, inclusive na forma institucional. Silva (2009) afirma que a implementação de políticas sociais, numa sociedade capitalista neoliberal, faz com que essas sejam dirigidas de forma residual e restritiva, de modo que a população em situação de rua acaba não sendo atingida de forma mais efetiva, em decorrência de critérios excludentes dessas políticas, tais como as exigências formais de portar documentos de identificação e ter moradia fixa, que reduzem as possibilidades de acesso aos serviços que por direito lhes deveriam ser assegurados.

O baixo limite de cobertura, o preconceito e a falta de capacitação para lidar com os entraves burocráticos dessa população são frequentes em várias áreas assistenciais, inclusive na saúde, como relatado acima pelo entrevistado n. 29. Frente a isto, observa-se que o direito a assistência em saúde do desabrigado é restritivo e seletivo; os profissionais não visualizam, por um preconceito herdado em sociedade, o sujeito como portador de direitos e que, assim como qualquer outro indivíduo, não apresenta restrições de acesso. No âmbito da saúde e garantia de direitos, o ideal é o envolvimento e a elaboração de programas que visem à redução da desigualdade social e que essas ações sejam implementadas a partir das dinâmicas do desabrigo e não apenas como ações compensatórias que não modificam a estrutura social (SILVA, 2009).

A população em situação de rua geralmente desenvolve atividades produtivas na rua. Nesse estudo, 22% dos frequentadores do albergue exercem alguma atividade de trabalho e essas estão sempre relacionadas com o trabalho informal, não sendo consideradas por eles como um trabalho, já que não possuem carteira assinada. É através dessas atividades que a maioria consegue manter alguma renda mensal, fixa ou não. Há também os que não exercem atividade de trabalho, seja por opção, por limitação de recursos ou porque atualmente recebem apoio financeiro de algum programa governamental. Os relatos a seguir ilustram a informalidade do trabalho vivenciada pelos entrevistados:

*Com artesanato [com que trabalha], faço motozinha pra vender na rua, na praia* (Entrevista n. 2).

*Arrumei um serviço por aqui e vim para o albergue, estou trabalhando em um depósito de construção, carregando e descarregando material (Entrevista n. 3).*

*Faço assim [...] papel laminado, faço quadro, porta-jóias, porta-retratos. Estou juntando tampa de latinha (Entrevista n. 9).*

*Eu cato lixo aqui mesmo (Entrevista n. 10).*

Snow e Anderson (1998) ressaltam que o trabalho informal é muito comum entre as pessoas em situação de rua, que mesmo possuindo carteira de trabalho e exercendo uma atividade que corresponda à remuneração de um salário-mínimo, muitas vezes o trabalho é feito por negociação, geralmente de um dia, restringindo o indivíduo ao trabalho irregular, sem a certeza de que amanhã haverá novamente. Porém, o trabalho com esse caráter apresenta alguns pontos positivos para o indivíduo em situação de rua.

Apesar de seu caráter irregular e da baixa remuneração, o trabalho de um dia oferece diversas vantagens para os moradores de rua, em comparação com o trabalho regular. O trabalhador é pago em dinheiro no mesmo dia em que ele ou ela trabalha. Isso não é de pequena importância para indivíduos que raramente têm alguns trocados. [...] E, finalmente, nem uma história de trabalho recente nem referências são necessárias para se assegurar um emprego de um dia (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 202).

As informações geradas pela pesquisa levam à reflexão sobre a relação entre o nível de escolaridade<sup>3</sup> desses indivíduos e os processos desencadeadores ou mantenedores da vida na rua, tais como os motivos de ida para a rua, aquisição de trabalhos com baixa remuneração e irregulares e o envolvimento com drogas. Segundo Snow e Anderson (1998, p. 234):

A grande maioria dos moradores de rua demonstra interesse em obter trabalho [...] qualquer que seja a remuneração ou turno, e que a maioria realmente procura trabalho, tanto regular quanto de um dia, pelo menos durante algum tempo. Mas o trabalho regular, em grande parte, não está ao alcance dos moradores de rua e o trabalho de dia, sendo de curta duração, irregular e de baixa remuneração, não lhes proporciona rendas fixas, e muito menos um caminho para fora das ruas. Além disso, os esforços de procura de trabalho dos moradores de rua, em particular os recém-deslocados e os vacilantes, são dificultados por uma porção de

obstáculos que solapam ainda mais, no que diz respeito a sobrevivência, a confiança no, e a utilidade do, trabalho tal como concebido convencionalmente.

### 3.3 A superação do desabrigo como uma (im)possibilidade

Esse tema foi desenvolvido a partir da percepção dos indivíduos quanto ao futuro e suas perspectivas. Três vertentes surgiram para construção dessa temática: o desejo de resgate dos vínculos familiares; a intenção de procurar profissionalização e adentrar no mercado de trabalho; e a visão do futuro como algo que não lhes pertence.

Parte dos entrevistados está há pouco tempo em situação de rua (27%)<sup>4</sup>, o que os motiva ao não comodismo e a buscar constantemente formas de independência financeira. Snow e Anderson (1998) explicam que aqueles que adentraram a rua recentemente têm um ponto de vista diferenciado daqueles que estão há mais tempo na rua, devido o laço com a sua situação social passada estar muito presente na vida do indivíduo e pela presença do seio familiar, por vezes, estar em constante revivescência. A ida para a rua faz com que o indivíduo busque alternativas de mudança, sejam elas confortáveis ou não; visam apenas a sensação de pertencimento ao mundo do trabalho.

A dimensão trabalho/subsistência abarca todas as atividades em que os moradores de rua se envolvem para obter dinheiro e outros itens que possam ser trocados por mercadorias e serviços que facilitem a sobrevivência fisiológica e psicológica nas ruas. A maior parte dos moradores de rua persegue regularmente um leque limitado dessas estratégias e não a gama inteira. Com efeito, eles se tornam especialistas em algumas atividades de sobrevivência. Naturalmente, se eles não podem se envolver na sua especialidade preferida num dado dia, outras opções possíveis podem ser buscadas, mas frequentemente de maneira hierárquica. Podemos, portanto, falar de repertórios de sobrevivência (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 80).

Os trechos a seguir caracterizam bem o fato de que, a partir da situação de rua, o desejo de crescimento pessoal e mudança de vida emergem nas falas de 91,9% dos entrevistados, assim como o eixo do trabalho (aquisição de emprego e sucesso

profissional) é colocado como condicionante para tal por 56,8% da amostra.

*Sarar e arrumar um trabalho, tirar o resto dos documentos, trabalho registrado e um barraquinho, uma casinha pra mim, depois uma companheira pra tomar conta de mim e eu conta dela. Pronto, é isso que eu quero* (Entrevista n. 9).

*Meu desejo é progredir, a gente só cai para poder amanhã levantar mais forte, a tendência é essa, essa aqui é uma fase que eu estou passando e vai passar. Eu vou perseverar, não vou ficar nessa situação, porque graças a Deus eu trabalho* (Entrevista n. 29).

*Quero ter minha padaria pra eu trabalhar pra mim, ter meus funcionários, pequena mesmo, com uma casa atrás, só isso que eu quero. Mas não vou desistir* (Entrevista n. 32).

*O meu desejo mesmo é tirar meus documentos, porque com eles eu posso dar o primeiro passo. Arrumar um trabalho e tocar a minha vida pra frente* (Entrevista n. 38).

Tal fato pode ser compreendido a partir do entendimento do papel do trabalho na vida do ser social, uma vez que esse pode ser condição para o estabelecimento de outras formas de integração social, como nos afirma Castel:

O que é então abalado não é somente a segurança do emprego e o risco corrido não é exclusivamente do desemprego. Uma condição salarial forte desempenhava um papel integrador fundamental na sociedade e assegurava a proteção dos indivíduos contra os riscos maiores (CASTEL, 1993, p. 83).

Na parte da amostra que relata possuir 10 anos ou mais em situação de rua (10%), observou-se que há indivíduos que possuem habilidades laborais para uma profissão ou ocupação específica, porém não as exercem devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e acabam perdendo sua identidade profissional e desacreditando que é possível a superação do desabrigo por meio de ganhos profissionais.

Nesse âmbito, cabe também destacar os indivíduos (35,1%) que não depositam no trabalho a possibilidade de superação do desabrigo, mas sim no resgate dos vínculos familiares. A ruptura das participações no seio familiar ou conflitos com essas é muito comum na vida dos indivíduos em situação de rua, seja pela própria situação de rua ou pelos

fatores determinantes do desabrigo. Para muitos dos entrevistados, uma alternativa para superar a moradia na rua é a construção de oportunidades que os tragam de volta ao convívio familiar.

*Ser feliz, construir uma família e sair dessa vida miserável* (Entrevista n. 1).

*Pelo menos um barraco para ter a minha família sossegada e viver, já que não tenho condições de ter uma aposentadoria, um benefício, meu maior desejo era um barraco, ou qualquer coisa que seja minha mesmo, pra sair da condição de rua e do albergue* (Entrevista n. 8).

*Meu desejo é sair daqui desse albergue e seguir minha vida com minha filha e minha esposa, recuperar o que eu perdi, só isso* (Entrevista n. 14).

Assim como a superação do desabrigo está presente nos desejos de maior parte da amostra, também identificamos uma minoria de sujeitos (8,1%) que já se tornaram descrentes quanto às facetas existentes para explorar e abandonar as ruas, de modo que para esses a superação do desabrigo se apresenta como uma (im)possibilidade.

*Meu maior desejo é viver sozinho.* (Entrevista n. 20).

*Rapaz [...] quer que eu seja sincero mesmo? Meu desejo era morrer, estou lhe sendo sincero, porque é uma vida desgraçada mesmo* (Entrevista n. 21).

Situações como essas nos levam à reflexão sobre os impactos não só objetivos, mas também subjetivos da longa permanência nas ruas. Desprovidos de recursos materiais, afetivos e até mesmo assistenciais por longos períodos, esses sujeitos sentem ter perdido o controle sobre a sua vida e já não visualizam saídas para a sua condição de desfiliação social, apresentando uma pobreza de desejos e não reconhecendo as suas potencialidades enquanto pessoa.

## 4 Considerações finais

Foi identificado nesta pesquisa que a população frequentadora do albergue possui características peculiares relacionadas à: perda dos vínculos familiares e desemprego como maiores determinantes de ida para a rua; restrições de locais para realização do autocuidado e alimentação; a discriminação e violência se manifestam em diversos espaços cotidianamente; o acesso às políticas sociais é restrito; as atividades de trabalho são marcadas pela informalidade e

precarização em todos os aspectos; e que a superação do desabrigo é vista como possível para a maioria.

Desse modo, observa-se que a população estudada apresenta variados impedimentos à participação social, sendo uma função do terapeuta ocupacional, nesse contexto, instrumentalizar a emancipação através do empoderamento pessoal e social, levando sempre em consideração a reinserção social que se efetiva por meio do resgate da moradia, do trabalho e do convívio social. Com base nisso, é crucial que haja a participação dos sujeitos nos projetos ofertados pelo terapeuta ocupacional, pois, antes de tudo, as dinâmicas e processos interpessoais precisam ser trabalhados.

Cabe ressaltar que a Terapia Ocupacional conseguiu, através de suas potencialidades e esforços, ganhar espaço e reconhecimento na área da assistência social, como também habilitação enquanto categoria profissional, por meio da revisão da NOB-RH/SUAS de 2005 pela Resolução CNAS n. 17/2011, para trabalhar na execução e/ou gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (ALMEIDA et al., 2012). As ações da Terapia Ocupacional na assistência social têm um valor importante para prevenir/trabalhar rupturas e conflitos, promover/resgatar oportunidades de direitos, a comunicação, as trocas relacionais, a participação social, os vínculos familiares e comunitários.

A partir do conhecimento e entendimento das especificidades da população estudada, fez-se possível nortear uma discussão a respeito das habilidades do terapeuta ocupacional (refletir, compreender e executar ações no campo social) e de como essas podem ser usadas para a construção de projetos que atendam as demandas que a população em situação de rua de Maceió nos apresenta.

O desenvolvimento de uma atenção para além do campo da saúde e das instituições é fundamental para a efetividade das ações com esse público, pois as necessidades concretas dos indivíduos estão no meio e relação social. Com isso, destacamos o território como locus privilegiado de atuação, cabendo ao terapeuta ocupacional conhecer e articular os diversos dispositivos nele presentes, que podem contribuir para a inclusão social desses sujeitos. Assim, o acompanhamento territorial (individual ou não), a fim de conhecer as redes de suporte social (formais, mas principalmente informais) se mostra como estratégia fundamental na prática, podendo ser “concebido como uma técnica, entendida aqui como um conjunto de métodos e procedimentos práticos, tornando-se mais uma ferramenta na conformação da assistência à população alvo da Terapia Ocupacional no campo social” (LOPES et al., 2011, p. 238).

A criação de cooperativas de trabalho como um valor social e centros de convivência social e cultural também se apresentam, dentre outras, como estratégias de grande potencialidade para o enfrentamento das situações de desfiliação, uma vez que podem oportunizar espaços para a produção material e relacional e serem articuladores entre as pessoas em situação de rua e a comunidade, objetivando a reinserção social pelo trabalho, a valorização de saberes e habilidades e a participação nas decisões por meio do fazer coletivo.

Além dessas ações, o terapeuta ocupacional pode estar atuando junto aos equipamentos sociais do SUAS voltados para a população em situação de rua, lançando mão de atividades diversas (exibição de filmes, debates, culinária, artesanato, leitura, música, teatro, atividades expressivas, corporais, lúdicas etc.), que sejam significativas e que se construam no diálogo com o outro, respeitando a heterogeneidade do grupo e as histórias de vida. Nos serviços do SUAS, o terapeuta ocupacional pode promover o resgate da identidade, a organização institucional e individual frente ao cotidiano, a construção de projetos singulares de vida, atenção individualizada, resgate dos vínculos familiares, reconstrução dos laços sociais e afetivos (ASSOCIAÇÃO..., 2011).

Observa-se, então, que o terapeuta ocupacional possui habilidades cruciais para o manejo de ações que correspondam às reais demandas da população em situação de rua, sejam essas ações realizadas na própria rua ou nas diversas instituições de acolhimento a esses indivíduos, podendo esse profissional participar junto à equipe desde o planejamento das ações na chegada dos usuários à instituição até a elaboração de projetos individualizados de saída do acolhimento. As intervenções no campo social tendem a desconfigurar a ideia de que o sujeito em situação de rua não é possuidor de direitos. Assim, não nos embasamos em uma prática assistencialista, mas sim em uma prática de busca ativa e colaborativa, que fará com que o indivíduo se perceba como sujeito de direitos, de potencialidades e autor de suas perspectivas, buscando apenas o terapeuta ocupacional como suporte.

Nesse campo, a dimensão técnica, ética e política do fazer profissional são inseparáveis, tendo o profissional o compromisso ético de desenvolver projetos que articulem as dimensões individual e coletiva dos sujeitos atendidos e que, de alguma forma, contribuam para a transformação da realidade de vida dessas pessoas, marcada pela negação do acesso aos direitos sociais e, conseqüentemente, negação da própria condição de cidadania. Portanto, pensar a organização política dessas populações para a luta

por direitos de cidadania (saúde, habitação, educação, cultura, assistência social etc.) se mostra como fundamental na prática do terapeuta ocupacional.

## Referências

- ALMEIDA, M. C. et al. Terapia ocupacional e pessoas em situação de rua: criando oportunidades e tensionando fronteiras. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 351-360, 2011.
- ALMEIDA, M. C. et al. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2012.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.
- ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Org.). *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 41-51.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS - ABRATO. *Terapia Ocupacional na Assistência Social*. São Paulo, 2011. Projeto METUIA USP/UFSCar.
- BARBOSA, A. R. Políticas públicas e homelessness: uma discussão conceitual sobre a pobreza. In: SEMINÁRIO NACIONAL POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 1., 2008, São Carlos. *Anais...* São Carlos: Cubo, 2008. p. 129-135.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia Ocupacional e Sociedade. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 69-74, 1999.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar*. Pesquisa nacional sobre a população em situação de Rua. Brasília, 2009.
- CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação, precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. *Saúde e loucura*. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 21-47.
- DANTAS, M. *Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)-Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.
- FERREIRA, F. P. M. *População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005*. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A096.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A096.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2013.
- GOES, S. O. Violência como herança de exclusão social: crianças e adolescentes em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 1., 2008, *Anais...* São Carlos: Cubo, 2008. p. 170-179.
- LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 233-238, 2011.
- MELO, T. H. A. Z. *A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SILVA, M. L. L. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SILVA, T. L. *Família, rua e afeto: etnografia das relações familiares, sociais e afetivas de homens e mulheres em situação de rua*. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <[http://www2.ufpel.edu.br/isp/ppgs/dissertacoes/2010/dissertacao\\_tiago-lemoesda-silva.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/isp/ppgs/dissertacoes/2010/dissertacao_tiago-lemoesda-silva.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- SNOW, D; ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, v. 7, n. 21, p. 556-605, 2008.

## Contribuição dos Autores

Waldez Cavalcante Bezerra: Concepção, redação e revisão do texto, análise dos dados e orientação. Gabriela Cristina da Silva Firmino: Redação do texto, produção, sistematização e análise dos dados. Emanuely Santos Javarrotti: Revisão do texto e análise dos dados. Jéssica Veríssimo de Medeiros Melo, Priscila Ferreira Fragoso Calheiros e Rodrigo Gonçalves Lima Borges da Silva: Produção, sistematização e análise dos dados. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

## Notas

- <sup>1</sup> Este artigo apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa Perfil da população em situação de rua frequentadora de um albergue público na cidade de Maceió: reflexões para a Terapia Ocupacional, executado junto ao Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PROBIC) vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL). O trabalho seguiu todos os procedimentos éticos para pesquisas em seres humanos, de acordo com a Resolução n. 466/12.
- <sup>2</sup> Apesar de já existirem estudos que identificam uma nova geração de pessoas que já nasceram em situação de rua, sendo essas filhas de pais que já se encontravam na rua antes do seu nascimento.
- <sup>3</sup> Quanto a escolaridade, 46% dos entrevistados tinham o ensino fundamental incompleto, 19% ensino fundamental completo e mesmo percentual para o ensino médio completo, 8% ensino médio incompleto, 5% eram analfabetos, 3% tinham curso superior incompleto. A pesquisa nacional também identificou que a maioria (48,4%) da população em situação de rua apresenta somente o ensino fundamental incompleto (BRASIL, 2009). Todos os outros estudos consultados (BARBOSA, 2008; DANTAS, 2007; FERREIRA, 2005) também mostraram que o ensino fundamental incompleto é o nível de formação da maioria dos entrevistados.
- <sup>4</sup> Em relação ao tempo de vida em situação de rua dos entrevistados, 27% da amostra estavam de 0 a 6 meses na rua, 3% estavam na rua de 6 meses a 1 ano, 22% de 1 a 10 anos; o tempo de 10 a 20 anos e acima de 20 anos compõem um total de 5% dos indivíduos, como também 5% não sabiam ao certo há quanto tempo estavam em situação de rua, e 24% da amostra preferiram não revelar essa informação.
- <sup>5</sup> O *mangueio* é uma categoria nativa das pessoas em situação de rua e se refere a uma prática complexa de estabelecer relações ligadas às formas de solucionar, temporariamente, o aspecto econômico da vida na rua. O termo parece ser parte fundamental da subcultura da vida na rua, mesmo considerando a diversidade de formas de realizar essa atividade. Assim, o termo mangueio ou manguear sintetizam uma diversidade de possibilidades de ações para conseguir recursos, seja em forma de dinheiro, alimentação, roupa ou demais objetos, serviços e acessos. Na maioria dos casos, aparece como sintetizador de experiências de sobrevivência na rua (MELO, 2011).